

A prática historiadora de Mestre Capistrano: a renovação temática e metodológica no ambiente dos Institutos Históricos

Antonio Carlos Figueiredo Costa¹

RESUMO: Este artigo é de natureza bibliográfica e procura descortinar com base em fontes primárias e secundárias, a trajetória do historiador cearense João Capistrano de Abreu (1853-1927), conhecido carinhosamente pela alcunha de 'Mestre Capistrano'. Capistrano de Abreu foi um divulgador e defensor de primeira hora no Brasil do método de trabalho histórico conhecido por método rankeano. Um dos objetivos desse trabalho reside portanto em demonstrar a forma pela qual Capistrano de Abreu atuou nos bastidores para renovar não somente nos aspectos metodológicos, mas também em premissas temáticas os estudos historiográficos no Brasil, não somente por intermédio de estudos da sua própria lavra, mas também mediante o incentivo aos cultores de *Clio* em vários Institutos Históricos onde esteve presente, no sentido de adotar as metodologias adequadas ao trabalho do historiador.

Palavras-chave: Capistrano de Abreu; Institutos Históricos; Método Rankeano; Renovação Temática.

The practical historian of Mestre Capistrano: the thematic and methodological renewal in the environment of the Historical Institutes

ABSTRACT: This article is of a bibliographic nature and seeks to discover, based on primary and secondary sources, the trajectory of the historian of Capricorn João Capistrano de Abreu (1853-1927), known affectionately by the nickname of 'Mestre Capistrano'. Capistrano de Abreu was an early advocate and advocate in Brazil of the method of historical work known by the rankean method. One of the objectives of this work is therefore to demonstrate how Capistrano de Abreu worked behind the scenes to renew not only the methodological aspects, but also on thematic premises, the historiographic studies in Brazil, not only through studies of his own work, but also by encouraging the cultivators of *Clio* in several Historical Institutes where he was present, in order to adopt the methodologies appropriate to the work of the historian.

Keywords: Capistrano de Abreu; Historical Institutes; Rankeano method; Thematic Renewal.

Artigo recebido em 28/03/2018 e aceito em 23/06/2018.

1. Introdução

Fundado no ano de 1838 no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) logo tomou para si, desde os primeiros tempos da sua criação, a tarefa de organizar as chamadas letras históricas no Brasil, uma jovem nação que há pouco ficara independente, com suas províncias nominalmente unidas sob uma idéia de império monárquico, e que tinha à sua volta uma América de fala espanhola, fracionada politicamente e sob regime republicano. Instituído sob a inspiração do modelo adotado pelo *Institut Historique de Paris*, surgido em 1834, o IHGB no entanto, em parte pela falta de uma adequada estrutura acadêmica e arquivística, mas também por haver sido agraciado logo em seus primeiros anos pelo imperador D. Pedro II com fartos subsídios, transformou-se *pari passu* em uma instituição que alimentou certas exigências de uma minoria estamental ligada à elite saquarema, situação que perdurou até a queda do regime monárquico em 1889. Tratava-se de uma espécie de cultura savante que valorizava as realizações de uma minoria privilegiada, uma verdadeira legião de varões de Plutarco, identificados pelo nascimento, e onde se desprezava aquilo que emanava das classes populares, cujas manifestações somente aceitavam receber, quando muito, enquanto recurso de folclore.

A instauração do regime republicano permitiu que fosse realizada uma substancial mudança de rumos no IHGB, olhado doravante com suspeição pelos novos donos do poder. Alguns Estados da Federação resolveram criar seus próprios Institutos Históricos, o que aliás constava dos planos de trabalho do IHGB desde os primeiros tempos de sua fundação, cabendo registrar que Pernambuco já contava com o seu Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, fundado em 1862. No entanto, guardadas as proporções em relação ao período imperial, a elite intelectual republicana percebia que se fazia necessário criar nos Estados da Federação, entidades autônomas destinadas a realizar a escrita dos tempos pretéritos, onde a República aparecesse como uma antiga aspiração. Cabia assim, aos historiadores de tais Institutos Históricos, realizar em suas idas e vindas ao passado, o resgate dessas aspirações, e com elas, nos desvãos de uma história que supostamente havia sido esquecida no âmbito do IHGB, a iluminação de um passado mais afeito ao discurso republicano, mobiliado com uma miríade de novos heróis, mas também de personagens históricos há muito conhecidos, os quais reavaliados sob um novo crivo conceitual, seriam guindados ao panteão cívico republicano, por terem supostamente protagonizado a conquista do território e se levantado contra a tirania e desmandos da metrópole.

Apesar dos revezes iniciais causados pela instauração da República ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esse sodalício ainda representava em termos institucionais, nos primeiros anos desse novo regime, o ambiente mais categorizado para as *lides* de *Clio*. Será a partir de um dos seus consócios, que passamos a nos situar nessa espécie de cipoal que era a produção das letras históricas no Brasil, entre os anos finais do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Trata-se de João Capistrano de Abreu, o destacado historiador que, durante o período que estamos considerando, manteve uma indisputada primazia no universo dos seus pares.

Capistrano imigrara do Ceará para, conforme costumava dizer, ‘*provar sorte*’ no Rio de Janeiro. Diz-se que costumava dedicar-se à leitura por longos períodos – alguns falam em seis horas no salão da Biblioteca Nacional – e isso, durante as férias. Sua curiosidade intelectual o fazia estudar desmesuradamente, o que de maneira indubitável, considerada a ausência de uma formação sistemática, muito o ajudou. Capistrano foi efetivamente um historiador de ofício, mas não pode contar com uma formação bancária, o que no Brasil da sua época era mais propriamente a regra que a exceção; em suma, Capistrano não possuía um diploma universitário. Esse fator não foi porém um impeditivo a que Capistrano de Abreu

viesses a conquistar posições cobiçadas entre seus pares, bem como a que sobressaísse em trabalhos acadêmicos, temas nos quais muitos daqueles homens de letras, seus consócios em Institutos Históricos, jamais ousariam empenhar papel e tinta. Capistrano estudava os documentos de maneira rigorosa, alcançando as suas minúcias, o que juntamente com a sua erudição, aliada à capacidade que tinha em condensar e sistematizar, acabou por levá-lo a caminhos ainda não desbravados. Fazia isso com uma coerência extraordinária, impondo-se contra idéias há tanto difundidas, para refutá-las e apontar novas hipóteses, às quais passaram a dar corpo às novas representações sobre o Brasil. O método de trabalho por ele adotado possibilitou com que contribuísse para renovar em termos temáticos os estudos historiográficos, *pari passu* a que ficasse estabelecido definitivamente no Brasil, o método rankeano.

2. Lendo na rede, mas em alemão...

Diziam à boca pequena que Capistrano de Abreu tinha uma aparência *sui generis*, no que teria o costume de se apresentar em aspecto sebooso e com roupas amassadas^{II}, caracterização que lhe foi imputada pelo intempestivo crítico literário Sílvio Romero, ainda em 1870, atributos negativos que a tradição tratou de associar à personalidade do grande historiador. Talvez o fato de haver enviuvado precocemente, de apreciar a solidão, vivendo um pouco recluso, tenha contribuído para isso. Ao menos no aspecto da higiene, a possível falácia de Romero foi parcialmente desfeita pelo escritor Gilberto Amado^{III}. Conservara da sua terra natal o hábito de ler na rede – o que fazia também com textos em alemão – mas o que nos importa é que aprendera o bastante para ler autores como Leopold von Ranke, bem como outros renomados mestres da historiografia mundial. Capistrano de Abreu fora admitido como sócio efetivo do IHGB no ano de 1888^{IV}, contudo não assumiria nenhum papel na gestão institucional do sodalício, ao qual pouco comparecia, sendo no entanto considerado uma espécie de eminência parda. Dessa forma, em razão da ausência quase virtual de Capistrano de Abreu nos registros deixados pelos Institutos Históricos, muitos dos quais foi associado durante sua vida, instituições que eram então o *locus* da escrita da História, acreditamos que uma estratégia produtora para a melhoria do nosso entendimento acerca do papel por ele desempenhado seja cotejar outras experiências institucionais pelas quais passou, articulando a essas, e tomando por base a leitura dos seus mestres alemães, a evolução verificada na sua *práxis* historiadora. Seus muitos comentaristas e biógrafos nos oferecem alguns valiosos subsídios para que consigamos percorrer esse itinerário intelectual com relativo sucesso.

Um breve esboço da experiência institucional que entendemos terem presidido os experimentos intelectuais de Capistrano de Abreu pode ser traçado a partir da contribuição de alguns dos seus comentaristas, documentadas em um período que abrange seis décadas de pesquisas sobre o ‘Mestre’. Tratamos aqui do esboço biobliográfico preparado por Hélio Vianna^V e dos estudos apresentados por historiadores como José Honório Rodrigues^{VI}, Ricardo Benzaquen de Araújo^{VII}, Angela Maria de Castro Gomes^{VIII}, Astor Antônio Diehl^{IX}, José Carlos Reis^X, Arno Wehling^{XI} e Francisco José Calazans Falcon^{XII}.

Ao estudar a trajetória do seu biografado, Hélio Vianna acreditou que deveriam ser consideradas seis fases na vida de Capistrano de Abreu. Abordemos as mais relevantes ao nosso cogito. A primeira dessas fases está compreendida entre 1853, ano de seu nascimento e 1875, data na qual, desistindo de ser bacharel em Direito, resolve tentar a sorte no Rio de Janeiro. Essa primeira fase diz respeito à sua infância e mocidade, vividas entre o Ceará, sua terra natal, e Pernambuco, para onde fora em busca de formação intelectual. Desta ficaram

latentes nos escritos de Capistrano, a influência positivista de teóricos como Taine, Buckle e Spencer.

Na segunda fase postulada por Hélio Vianna^{XIII}, Capistrano de Abreu já se encontra na Corte, o Rio de Janeiro, e compreende os anos de 1875 a 1883. Esse período foi percebido por Vianna como a primeira fase de historiador experimentada por Capistrano. Empregado inicialmente na Livraria Garnier para logo ser professor de português e francês no então prestigioso Externato Aquino, Capistrano ingressa no jornalismo, passando a pertencer, a partir de setembro de 1879, ao corpo editorial da Gazeta de Notícias. Por ocasião do falecimento de Varnhagen, Capistrano de Abreu publicou, entre os dias 16 a 20 de dezembro de 1878, no Jornal do Comércio, um recenseamento dos serviços prestados às letras históricas pelo historiador sorocabano. Teria sido o seu primeiro trabalho de crítica histórica^{XIV}, e convém não tratá-lo *an passant*. O repertório desfiado por Capistrano ao iluminar a obra de Varnhagen, revelou no Visconde de Porto Seguro um historiador resolutivo e rigoroso, daqueles que corrigem erros de copistas, de provas e contraprovas, de inéditos e revelações. Autor que editava e tornava com isso, as fontes mais próximas aos demais trabalhadores da seara da história. Do diário de navegação de Martim Afonso, de escritos de Pedro Taques e de Frei Gaspar da Madre de Deus, da narrativa de Fernão Cardim.

O imenso trabalho que Varnhagen imprimiu para tornar realidade a sua História Geral do Brasil aparece sob a lavra de Capistrano de Abreu como tocado por um espírito febril, que estava prestando um serviço à chamada *História Pátria*^{XV}, como uma espécie de compensação à ausência desde muito cedo, do torrão natal. As constantes revisões na sua obra máxima – a *História Geral do Brasil* – tomaram mais de vinte anos, no que nos revela Capistrano, a primeira edição havia se esgotado em curto espaço de tempo.

A personalidade do Visconde de Porto Seguro concedeu a Capistrano de Abreu a chance de mostrar um pouco mais do pranteado historiador. Contudo, Capistrano se apresenta mais fleugmático que o texto de Joaquim Manuel de Macedo, que conforme é público, fora realizado sob os parâmetros propostos pelo IHGB. Assim, ficamos sabendo por Capistrano que a Varnhagen faltava o espírito plástico e simpático – considerado pelo autor do necrológio como o seu maior defeito – sendo um homem que não tocava sem ferir, matando moscas a pedradas^{XVI}. Assim, se a História Geral do Brasil mostrava um progresso na maneira de conceber a História pátria – Varnhagen não escreveu como Gândavo ou Gabriel Soares, o Brasil não aparece como apêndice de Portugal – seria possível dizer que o autor – considerada a opinião de Capistrano – havia conseguido colocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional.

Apontava ainda Capistrano algumas ressalvas, pois Varnhagen era prevenido contra as afirmações nacionais que partissem das camadas mais populares. Assim, ele condenava a Conjuração baiana, rendendo graças à *Providência*, considerando ainda a Revolução pernambucana de 1817 como uma grande calamidade. Para Varnhagen – a tomarmos o julgamento do seu crítico e admirador Capistrano de Abreu – a Conjuração mineira teria sido uma cabeçada e um conluio. Aliás, para o Visconde de Porto Seguro, conforme nos explica Capistrano, a própria independência, sem D. Pedro, teria sido ilegal, subversiva, e digna da forca ou do fuzil. Outra falha apontada por Capistrano, seria o desconhecimento ou desdém de Varnhagen pelo corpo de doutrinas disseminado por Comte e Herbert Spencer.

A entrada de Capistrano para a Biblioteca Nacional no ano de 1879, em consequência de aprovação em concurso, decidiria definitivamente, segundo Hélio Vianna, a vocação de historiador de Capistrano de Abreu, que, incentivado por Ramiz Galvão e dominando conhecimentos em áreas tais como História, Literatura, Filosofia, Geografia, Bibliografia, Paleografia, Inglês, Francês e Latim, dedicou-se também, com vistas a esse certame, ao

estudo da Iconografia. Foi aprovado em primeiro lugar, e nomeado a 9 de agosto de 1879^{XVII}. Dali a pouco mais de dois anos, a Biblioteca Nacional publicava o Catálogo da Exposição de História do Brasil, trabalho que encontra-se estampado no volume IX dos seus Anais, ocupando dois tomos referentes ao ano de 1881.

Nesse empreendimento, Capistrano veio a se revelar um eficiente e talentoso colaborador. Data desse período uma crescente preferência de Capistrano pelos temas históricos. José Honório Rodrigues considerou que nessa época, a Biblioteca Nacional servira a Capistrano de Abreu como uma espécie de “laboratório científico”^{XVIII}, muito servindo para estimular suas ambições intelectuais. Assim como os estudos na Biblioteca Nacional, escreveu José Honório Rodrigues, nesse período, “...a leitura constante de Varnhagen e o convívio continuado dos autores alemães, que agora freqüentava desembaraçadamente, começavam a produzir seus efeitos”^{XIX}. A biblioteca de Capistrano revelava, segundo José Honório Rodrigues (1961), a predominância da formação alemã do autor. Nela haviam obras de Ranke, Mommsen, Meyer, Georg Friederici. Capistrano de Abreu teve como companheiro nos estudos de alemão, o escritor Machado de Assis. Caberia acrescer da fala de José Honório Rodrigues que o historiador, não criando como na ficção como fazem os romancistas, acaba por recriar um mundo realmente vivido, mundo que foi sofrido, aproveitado ou perdido. O historiador na sua prática, é guiado pelas teorias, que se apresentam variantes, segundo os interesses presentes. Portanto, seria o documento, “...a única coisa permanente na mudança contínua. Para acrescentar ao mundo dos fatos mais fatos, a pesquisa e a edição de textos eram o primeiro caminho que a escola da crítica histórica de Ranke o faria [a Capistrano de Abreu] seguir obstinadamente.”^{XX}. Mas conforme observou Francisco José Calazans Falcon (2011), o abandono da parte de Capistrano das “*convicções positivistas, com as quais aportara ao Rio de Janeiro, deve ser entendido com algumas cautelas e restrições, como um processo lento e incompleto.*”^{XXI}. Pois, de acordo com esse autor, Capistrano continuava a frequentar, ainda em 1881, aos Domingos, as leituras positivistas dos seus amigos Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

O concurso para o corpo docente do Imperial Colégio de Pedro II, no ano de 1883, parece marcar definitivamente a trajetória de Capistrano de Abreu como historiador. A vacância ocorrera em virtude do falecimento de Joaquim Manuel de Macedo. Hélio Vianna recorreu ao relato do jornalista alemão Carlos Von Koseritz, para quem a tese alinhada por Capistrano, ‘*Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*’ ia muito além dos horizontes dos seus limitadíssimos examinadores, Moreira de Azevedo e Matoso Maia. A esses, o examinando superava de longe, o que fazia com que os examinadores com ele se chocassem, fazendo extraordinárias e por vezes, até tolas objeções à tese do talentoso jovem. O Imperador, que se encontrava presente, e se irritava a cada demonstração da incapacidade dos examinadores, deu o sinal para que o exame cessasse. Capistrano bateu-se com linha, mas brilhara à custa dos seus ignorantes examinadores. Nomeado professor, Capistrano de Abreu deixava a Biblioteca Nacional, e no mesmo ano editou a sua tese, dedicando-a “*Aos organizadores do Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil, como prova de admiração e reconhecimento.*”^{XXII}.

Caberia lembrar que a geração à qual pertenceu Capistrano de Abreu, conhecida como a geração de 1870, estava identificada com as novas doutrinas do Positivismo e do Evolucionismo. Em alguns autores, é corrente a expressão cientificismo, a qual tenta dar conta daquilo que seria uma mitificação da ciência, ou seja, da transformação da ciência, de um método de abordagem, em uma ‘visão de mundo’.

Seria no bojo do cientificismo que começaria um movimento de redefinição do discurso sobre a sociedade brasileira, tendo doravante na História, o povo como *leitmotiv*.

Haviam sido superados o indianismo romântico e a preocupação com o enraizamento do Estado, diga-se da monarquia. A nação pintada sob as cores de Varnhagen era uma nação restrita aos portugueses transplantados para a América, bem como para os seus descendentes mazombos, não havendo espaço nela para os não brancos das selvas e das senzalas. Nação tutelada pelo Estado, fosse ele português ou o Império americano dos Braganças, surgido a partir de 1822.

O detalhe da trajetória de Capistrano de Abreu que nos interessa aqui ressaltar é que a partir de 1880 o historiador já revelava uma certa insatisfação em aderir com dogmatismo e postura subserviente ao dogmatismo cientificista que aportara ao Brasil nos anos da década de 1870. A realidade é que Capistrano mudara radicalmente a sua concepção de história. Assim podemos considerar que muito mais que as leituras em alemão, o que sobremaneira teria influenciado a Capistrano, foi ter colocado em primeiro plano o objeto, dando liberdade a que esse respondesse às perguntas colocadas. E quais eram os objetos de Capistrano? Ora, o foco do *Mestre* passara a ser o aparecimento de um homem singular, o desbravador dos sertões, surgido a partir do encontro do europeu com os indígenas, enlace ocorrido nas terras tropicais do Brasil. A questão é que Varnhagen fizera uso da escrita da História para inventar o Estado e a Nação. Na avaliação de Arno Wehling^{xxiii}, porém, faltava ao Estado-Nação brasileiro o encontro com o seu povo, e essa foi a tarefa desafio enfrentada pela geração de Capistrano.

Então, como teria sido, no caso de Capistrano de Abreu, a recepção ao historicismo cientificista? Sua correspondência, escrita em data bem posterior à sua fase cientificista, nos revela as influências então sofridas, e planos não executados, pelo menos de acordo com o planejamento original. Em 21 de janeiro de 1914, ele escrevia ao crítico José Veríssimo, reportando-se a uma época, que entendemos poder localizar a partir de 1874, mas certamente antes de 1883. Ouçamos Capistrano revolver suas memórias de, “Quando pensei em consagrar-me a História do Brasil, resultado de uma leitura febricitante de Taine, Buckle e da viagem de Agassiz, feita ainda no Ceará, não me lembro se pretendia abarcar toda a história.”^{xxiv}

Três anos após, Capistrano retomava a memória dessas impressões da juventude, em carta datada de 19 de março de 1917, ao amigo português, o renomado historiador João Lúcio de Azevedo,

“Tenho presente a primeira vez em que veio a idéia de escrever a história do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredado de todo comércio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, relia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassiz. Vim depois para o Rio em 1875; cada ano que passa é uma parede que cai. Aqui no Rio só fiz duas aquisições: saber do alemão o bastante para lê-lo na rede, sem estar me levantando a cada instante para recorrer ao dicionário; e através de Wappoeus, Poschel e Ratzel compreender que a geografia é tão bela ciência como difícil.”^{xxv}

Seria através da edição e das anotações de João Capistrano de Abreu sobre a monumental obra de Francisco Adolfo de Varnhagen que julgamos poder encontrar uma consistente explicação para o desenvolvimento da pesquisa histórica no período que consideramos. Foi através da revisitação dos escritos de Varnhagen, das leituras dos mestres alemães como Leopold Von Ranke e de alguns trabalhos tematicamente inovadores, os quais cita na sua correspondência, que o historiador João Capistrano de Abreu conseguiu ampliar a sua influência sobre os outros historiadores. Alguns dos resultados mais significativos se

revelaram de forma palpável a partir do Primeiro Congresso de História Nacional, promovido pelo IHGB em 1914.

Dessa forma, coube a Capistrano de Abreu, imbricar um monumento da historiografia – a História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen – com a edição crítica de textos históricos da época colonial. Afinal, conforme observaram Angélica Madeira e Mariza Veloso, coube a Capistrano a edição da magistral História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, dos tratados de Cardim e Gândavo, além da descoberta definitiva do autor de Cultura e Opulência do Brasil, quando identificou o jesuíta Andreoni a Antonil^{XXVI}. A todos esses fatores, somemos a imposição do método histórico dito rankeano, que permitiu a Capistrano prover a entronização daquilo que podemos considerar como o primado do documento. Ao vulgarizar o método histórico proposto por seus mestres alemães, Capistrano de Abreu possibilitou aos historiadores congregados à volta dos Institutos Históricos a abertura de uma janela ao sistema de interpretação histórica de Ranke: a sua idéia de nação.

Nesse sentido, esclarece Hayden White que o tema da nação desempenha no sistema de Ranke, não apenas uma idéia – entre tantas – que os homens podem ter dos meios de organizar a sociedade humana, mas trata-se do,

“...único princípio possível de organizá-las para a realização do ‘progresso pacífico’. Em resumo, a ‘idéia da nação’ era para Ranke não apenas um dado mas também um valor; mais, era o princípio em virtude do qual se podia atribuir a tudo na história uma significação positiva ou negativa”.^{XXVII}

Pois, acreditando que a ‘idéia’ de nação seria intemporal e eterna, Ranke deixava claro que “considerava caber ao historiador escrever história de modo a reforçar o princípio de nacionalidade como única salvaguarda contra o afundamento na barbárie.”^{XXVIII}. Entendemos que os progressos no campo teórico e metodológico da história obtidos por João Capistrano de Abreu nas diversas fases pelas quais seus comentaristas nos revelam que ele passou, podem ajudar a que tenhamos um melhor entendimento sobre as mudanças ocorridas nas práticas historiográficas entre o último quartel do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, revelando a cultura historiográfica^{XXIX} daquela época, e oferecendo com isso, uma espécie de ‘chave de leitura’ para analisarmos algumas contribuições saídas da lavra dos historiadores daquele período.

Dessa forma, os alicerces teóricos e metodológicos que deverão nos sustentar nas avaliação da imaginação histórica nas décadas iniciais do século XX passam a ser construídos mediante o estudo da trajetória do historiador João Capistrano de Abreu, o qual elegemos como uma espécie de elo de ligação entre uma prática historiográfica que ficara muito matizada sob os pressupostos varnhagenianos e uma então nova maneira de produção de textos históricos, que entendemos, de inspiração rankeana, a qual passou a se divisar com a entronização do primado do documento. Cabe dizer que a imaginação histórica tem por tarefa especial, “imaginar o passado: não um objeto de possível percepção, uma vez que já não existe, mas um objeto suscetível de se tornar, através da imaginação histórica, um objeto do nosso pensamento.”^{XXX}

Ora, o conceito de imaginação histórica nos coloca face a face com os apetrechos dos quais se socorre o historiador em seu trabalho de captura dos tempos pretéritos. O seu gabinete de trabalho podendo ser comparado a um *atelier* ou oficina, uma imagem que consideramos de especial significado, por trazer à baila o seu ambiente de trabalho. Qual a bancada de um artífice, foi no *bureau* do historiador – que no caso de Capistrano de Abreu bem poderia ser um rede ou mesmo uma mesa onde documentos antigos e obras raras

poderiam dividir espaço com prosaicos cachos de bananas – que foram dados os primeiros e decisivos passos para a instituição do chamado método rankeano na historiografia brasileira, tornado a partir de então o *modus operandi* pela qual evoluiu a execução do trabalho histórico, documental e realista, sob um modelo narrativo. Sob a inspiração inicial de Capistrano de Abreu seriam introduzidos novos temas e explorados novos mananciais de fontes históricas.

Assim, foi manejando o método histórico rankeano, que Capistrano de Abreu, seu fundamentado exercício de imaginação histórica, passou a defender que o europeu, mestiçado e agora mameluco, veio a tornar-se o brasileiro, doravante o personagem central em sua obra. A diferenciação então ocorrida com esse homem, poderia ser localizada, segundo Capistrano, a grosso modo sob dois aspectos. Um deles seria a adaptação ao clima, sendo a outra proporcionada pelos cruzamentos interétnicos. Ora, entendemos em coro ao sugerido por Rebeca Gontijo que a cultura histórica é constituída mediante um complexo trabalho de apreensão da temporalidade, estando ligada a um conjunto de representações, doravante compartilhadas, em que passam a ser mobilizados juízos e atribuídos significados positivos ou negativos, a períodos, personagens e acontecimentos.^{XXXI}

Texto que veio a lume em 1907, Os Capítulos de História Colonial é obra pioneira, e diga-se de passagem, de maturidade intelectual de um historiador que aventurou-se por áreas diversas e distintas, como os estudos de historiografia, a lingüística indígena ou a crítica literária. A reinterpretação da história brasileira colocava em *xequê* o paradigma Varnhagen, montado para dar coerência à narrativa histórica.

Dessa forma, o Estado, vale dizer, a Coroa portuguesa e a sua continuidade, a dinastia bragantina, deixavam de ser o *locus* explicativo das raízes e do campo de experiência nacional. O realismo histórico rankeano e o primado do objeto emergiam como condição *sine qua nom* para a produção da pesquisa histórica.

Caberia reiterar que Capistrano de Abreu se mobilizava no sentido de reinterpretar a experiência brasileira em perspectiva diversa do que fizera Varnhagen, que a concebera em termos do Estado Imperial.^{XXXII} O que contava então para a geração de Capistrano de Abreu era privilegiar o povo brasileiro e a sua formação étnica. Convém dizer que nos Capítulos de História Colonial, os séculos XVI e XVII aparecem como de especial predileção de Capistrano, pois presenciaram a ação de mamelucos conquistadores do território, bem como a construção espiritual brasileira, sob os jesuítas.

À época que os “*Capítulos*” ganhavam a sua primeira edição, João Capistrano de Abreu tratava de preparar a terceira edição da *História Geral do Brasil*, obra maior de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro. Revisando e tomando notas da obra do ‘*Heródoto*’ brasileiro, ‘*Mestre*’ Capistrano tratava de realizar a sua própria versão sobre a História brasileira. Destoaria no entanto de Varnhagen, por desejar um texto mais condensado, ou ainda, queria que de sua lavra brotasse obra que poderia ser lida por muitos, sem pedantismos ou tantas divagações eruditas. Capistrano reabilitara a Varnhagen e não o perderia mais de vista, produzindo belos artigos como o intitulado “Sobre o Visconde de Porto Seguro”.^{XXXIII} A grande ambição do Mestre passava então a ser a revelação, em uma obra de síntese para os brasileiros, o próprio homem brasileiro, como ele pronunciava, povo capado e recapado, sangrado e ressangrado, mas que emergira vigoroso por obra de uma miscigenação tanto casual quanto oportuna, ao longo de três séculos de período colonial.

A obra a ser escrita a ‘*breves traços e largas malhas*’ estava fadada a conter uma matéria a ser bem medida, para caber em um pequeno volume, e pragmaticamente pensada, pois deveria ser capaz de transportar o leitor para os anos iniciais da Colonização, uma época

de dificuldades imensas, e mesmo de dores pungentes e incertezas quanto à colheita dos frutos dos trabalhos mais industriais.

Sob condições das mais penosas, o povo brasileiro – personagem principal de Capistrano de Abreu – começou pelo Oriente a ocupação do território, ficando concentrado principalmente no século XVI, na chamada Zona da Mata, a qual lhe propiciava o pau-brasil, a madeira para a construção, e com o tempo, os terrenos próprios para as plantações de fumo e cana. Cabe acrescentar ainda no primeiro século de colonização, a chegada de outro elemento alienígena à nova terra: o negro africano. A importação de escravos começara desde o estabelecimento das capitanias hereditárias, e seria avultada nos séculos seguintes, sempre submetendo o negro como força de trabalho na base do cultivo da cana-de-açúcar, do fumo, das minas, do algodão ou do café.

Devemos ressaltar o destaque dado por Capistrano de Abreu ao capítulo reservado às ‘*guerras flamengas*’. Episódios que tanto haviam impressionado ao Visconde de Porto Seguro, com suas batalhas campais, e a ação de um exército europeu invasor, o que parecia dar cores mais vivas à luta dos colonos. Leitor atento de Varnhagen, mas estudioso percuciente das fontes primárias, dos relatos de época, Capistrano estava atento a toda essa movimentação, e fazendo um pouco ainda, uma história oitocentista não hesita em apontar arestas e valores nos dois lados da contenda. Da parte dos colonos, valia enaltecer o brio de bater-se contra um inimigo de primeira linha, bem armado e bastante organizado para as exigências bélicas daquela época.

A defeção de Domingos Fernandes Calabar é um dos aspectos ressaltados. Capistrano ressalva a natureza das fontes: poucas e suspeitas, que apresentam os escritos contemporâneos à guerra. Assim, Calabar, ‘*mulato natural de Porto Calvo*’,

“exercia a profissão de contrabandista, nem de outro modo se podem explicar os roubos feitos à fazenda real de que o acusam os nossos, pois não deviam ter andado dinheiros públicos por suas mãos; para professar o contrabando assinalavam-no a audácia, a presença de espírito, a fertilidade de invenções, o profundo conhecimento das localidades. Era o único homem capaz de se medir com Matias de Albuquerque, e como tinha sobre este a vantagem de dispor do mar, desfechou-lhes os golpes mais certos. Qual móvel o levou a abandonar os compatriotas, nunca se saberá; talvez a ambição, ou a esperança de fazer mais rápida carreira entre estranhos, tornando-se pela singularidade de seus talentos indispensável aos novos patrões ou, talvez, o desânimo, a convicção da vitória certa e fácil do invasor”.^{XXXIV}

Acreditamos que cabe aqui ressaltar uma observação de Nilo Odália^{XXXV} acerca da obra de Varnhagen. O episódio da deserção de Calabar havia adquirido realce no contexto da afirmação da nacionalidade presente nos escritos do Visconde de Porto Seguro. Assim, Calabar representava mais que uma traição, por motivo de sua transferência para o campo inimigo haver auxiliado ao invasor holandês com aquilo que de melhor possuíam os defensores da terra, tais como as táticas próprias das lutas de guerrilha, onde se lutava uma guerra fora dos padrões de engajamento em campo aberto com o inimigo, ou seja, uma luta na qual jogavam um papel fundamental as armadilhas e surpresas, mas sobretudo, o conhecimento dos pontos geográficos vulneráveis.

Doravante, com Calabar ao lado do invasor estrangeiro – e o aspecto da afirmação da nacionalidade aparece em Capistrano de forma quase tão marcante como na obra de

Varnhagen – havia sido transferido ao campo inimigo os melhores recursos de estratégia que antes eram monopolizados pelos ‘*nacionais*’.

No entanto, após Capistrano narrar os feitos da insurreição pernambucana, que aliás reputa por gloriosos, o que teria agradado a Varnhagen, os remete a mero episódio relacionado à ocupação da costa, pois a quebra do paradigma varnhageneriano que esperava fazer com sua obra, por essa ser um momento de renovação temática, elevava a conquista do sertão como um dos pontos daquilo que haveria de mais importante na História brasileira. Capistrano já ensaiara, com sucesso, tarefa dessa natureza alguns anos antes, quando viera a lume o ensaio ‘Os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil’^{xxxvi}. Esse texto fora escrito em 1899, antecedendo em sete anos aos Capítulos de História Colonial, da qual é considerado um estudo preparatório. Pelas suas qualidades, esse ensaio aparece destacado na historiografia capistraneana tanto pela originalidade das suas proposições – pois nele aparece pela primeira vez em evidência o papel do sertão na história do Brasil – como por sua inovação, em tentar criar uma visão integrada da História do Brasil, como não havia sido realizado antes, salvo – cabe registrar – se assim quisermos considerar alguns parágrafos alinhados pelo próprio Capistrano na parte final do seu artigo ‘*Sobre o visconde de Porto Seguro*’, do qual fizemos referência páginas acima.

Nos Capítulos de História Colonial, a imagem inicial que surge na abordagem do sertão é de uma corrente volumosa, não obstante partida de pontos apartados, mas movimento maciço, de dificuldades ásperas, sendo contudo, de ubérrimas promessas de prosperidade. É nessa corrente que avançam os paulistas, inicialmente retratados como despovoadores. A sua terra, face à latitude, ofereceria uma lavoura semi-européia, o que acabou retirando talvez as melhores possibilidades dos vicentinos de atirar-se à *plantation*, como no caso das capitânicas do Norte. Nas palavras de Capistrano, “...o meio agiu como evaporador: os paulistas lançaram-se a bandeirantes.”^{xxxvii}. Prevalencia contudo o problema da falta de mão-de-obra, e os bandeirantes paulistas partem em busca da captura do gentio ‘*brabo*’.

Ao final do século XIX pouco se sabia acerca das ações movidas pelos bandeirantes do século XVII, da conquista do sertão pelos brasileiros e dos caminhos, fossem terrestres ou fluviais percorridos pela população colonial, em seus desbravamentos e no tanger do gado, na submissão dos índios e no estabelecimento de núcleos de povoação. Em algumas situações, esses núcleos foram fundados pelos portugueses e seus prepostos, para logo após serem invadidos pelos castelhanos, gerando disputas após as quais eram retomados para quase sempre serem submetidos à tratados internacionais, parte insubtraível que eram de questões geopolíticas brotadas na ‘*Velha Europa*’.

Nos ‘Caminhos antigos e povoamento do Brasil’, Capistrano havia esclarecido que existiram no movimento de penetração e povoamento brasileiro, quatro grandes centros: a capitania de São Vicente, a Bahia, Pernambuco e o Maranhão. Para essa afirmação consultara fontes como frei Vicente de Salvador, Rocha Pitta, o padre Antonio Vieira, e o jesuíta Antonil. Esse grande movimento teria começado na Capitania de São Vicente. Fatores geográficos haviam concorrido para isso: mata litorânea estreita, campos que se avizinham, rios que avançam para o sertão e procuravam o mar após longos meandros na direção do Nordeste. Além do mais, os índios dos campos eram os mesmos que os encontrados nas praias. Dessa forma, a população se estendeu pelo litoral, de Angra dos Reis à Laguna. A gente de Paranaguá transpondo a serra, liga-se à Curitiba. Aproveitou-se São Paulo de sua posição, por acessar a bacia do Prata, a Mantiqueira e o Paraíba do Sul.

Contudo, conforme escreveu Capistrano, “o caminho entre S. Paulo e S. Vicente não era cômodo, mesmo aproveitados os trechos navegáveis do Cubatão e de um dos afluentes do Tietê.”^{xxxviii}. Com as asperezas do caminho dificultando o trato entre o interior e o litoral, e

precisando Piratininga somente de sal, pólvora, armas e alguns tecidos – podendo quase que somente dar em troca algum ouro de lavagem – era costume entre os habitantes desta cegar os caminhos que vinham do litoral, com vistas a tolher a ação das autoridades que representavam o poder real.

A situação geográfica de Piratininga, relatava Capistrano, impelia-a para o sertão, seus habitantes tomando o caminho oferecido pelos rios Tietê e Paraíba do Sul, cujas bacias dela se avizinham. Esses teriam sido os teatros das primeiras bandeiras. Quanto a essa forma de vida, de aprear índios, Capistrano de Abreu cerra a sua crítica pois elas:

“concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra, trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com os maus tratos infligidos em viagens, ora, terminadas estas, pelas epidemias fatais e constantes, aqui e alhures apenas os silvícolas entram em contato com os civilizados. Acresce que os bandeirantes iam e tornavam, não se fixavam nunca nos territórios percorridos; isto explica o motivo da sua persistência durante mais de um século e seus exílio quando não tornaram mais à pátria.”^{XXXIX}.

Apesar de alegar em 1907 a falta de documentos para a escrita da história das bandeiras, Capistrano acaba revelando em seus Capítulos de História Colonial a parte geográfica das expedições desses sertanistas de São Paulo, com a utilização do Tietê no século XVI – a primeira das regiões devastadas – seguindo-se o roteiro do Paraíba do Sul, pela garganta de São Miguel para alcançar a Mantiqueira. Despovoamento e depredação eram os traços caracterizadores da passagem das bandeiras, segundo Capistrano, amparado por relato deixado pelo jesuíta Montoya, onde o religioso narrava os processos empregados pelas expedições paulistas contra as reduções jesuíticas, pois:

“... no dia de São Francisco Xavier (3 de dezembro de 637), estando celebrando a festa com missa e sermão, cento e quarenta paulistas com cento e cinqüenta tupis, todos muito bem armados de escopetas, vestidos de escupis, que são ao modo de dalmáticas estofadas de algodão, com que vestido o soldado de pés à cabeça peleja seguro das setas, a som de caixa, bandeira tendida e ordem militar, entraram pelo povoado, e sem aguardar razões, acometendo a igreja, disparando seus mosquetes. Pelejaram seis horas, desde as oito da manhã até as duas da tarde. Visto pelo inimigo o valor dos cercados e que os mortos seus eram muitos, determinou queimar a igreja, aonde se acolhera a gente. Por três vezes tocaram-lhe fogo que foi apagado, mas à quarta começou a palha a arder e os refugiados viram-se obrigados a sair. Abriram um postigo e saindo por ele a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, com espadas, machetes e alfanjes lhes derribavam cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provavam os aços de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros.” Dessa forma, nos indaga Capistrano, “Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?”^{XL}.

A Conjuração Mineira se tornaria a grande ausente na obra de Capistrano. Ele acabou por ajuntar diversos motivos para que a conjura, elevada ao conceito de movimento nativista nos anos iniciais da República, não aparecesse. É sabido que a síntese da pesquisa realizada para anotar a História Geral do Brasil com vistas a reeditá-la^{XLI}, foi uma tarefa à qual Capistrano se atirou a partir de 1902, atividade que veio a contribuir de forma significativa na

composição dos Capítulos de História Colonial. O fato é que, em 1907, a Inconfidência Mineira já era considerada como o mais importante evento precursor da Independência do Brasil. Advogando em favor de Capistrano, assim, José Honório Rodrigues explicou o ocorrido:

“O fato é que entre 1878, quando criticava Varnhagen por considerar a Conjuração Mineira como uma cabeçada e um conluio, e 1903, quando se intrigava com as honras prestadas a Tiradentes em detrimento dos Mascates e dos Republicanos de 17, ele parece ter se convencido de que a Conjuração realmente não tivera a importância que começavam a atribuir-lhe. Muito mais importante eram as lutas dos Emboabas e dos Mascates, a consciência da riqueza do país, as proezas dos bandeirantes, os atritos armados e sangrentos, as lutas dos Republicanos de 17. Ele mesmo dirá, em carta a Mário de Alencar, que ‘na Suíça é proibido, hoje, nas escolas públicas introduzir a história de Guilherme Tell, depois da crítica histórica ter demonstrado sua inanidade. Por que, tendo estudado o depoimento de Tiradentes e a sentença da alçada, sou obrigado a repetir a versão corrente e a colocá-la no Panteon?’”^{XLII}

Porém, mais importante do que possa ser imputado a Capistrano como uma falha em sua obra de síntese, a qual ele mesmo reputava como bastante incompleta, teria sido o seu mérito em conseguir desvencilhar-se do posicionamento típico da chamada ‘*geração de 1870*’, qual fosse, de perscrutar o Brasil sob o prisma do darwinismo social. Essa geração se mantinha temerosa, como ensina José Carlos Reis (2001), no tocante ao que as teorias de fins do século XIX reservavam ao país e ao seu povo, no tão almejado rumo da civilização. Daí para José Carlos Reis, o grande mérito de Capistrano nas suas obras de maturidade teria sido reabrir o futuro do Brasil, vencendo com isso,

“...o pessimismo existente entre os intelectuais brasileiros, que olhavam o Brasil com as teorias deterministas européias e nele não viam o que elas valorizavam, embora ele também em uma primeira fase, tivesse se impregnado de tais teorias e feito algum contorcionismo teórico. Finalmente, ele optou pela teoria européia que valoriza a singularidade, a historicidade de cada povo, e formulou uma nova interpretação do Brasil que enfatizará o tempo histórico especificamente brasileiro.”^{XLIII}

O método histórico rankeano, como diz Reis, mas também uma nova perspectiva dotada de expressiva alteridade, teriam permitido com que Capistrano de Abreu observasse sob outras cores a formação do Brasil. O protagonista principal nesse drama de três séculos não foi o português – embora esse tenha servido como motor inicial – pois havia atravessado o oceano saído de uma outra guerra, travada no solo da sua terra natal, contra os muçulmanos, povo que consideravam hereges. Nessa conquista americana, os filhos de Portugal não encontram os seguidores de Maomé, mas broncas tribos nômades. Então eles rapidamente se desprendem de sua identidades européias, e conquistam a complexa espacialidade dos trópicos, para em um breve espaço de tempo, reterritorializá-lo, expressão que na acepção de uma relação natureza-homem, como em F. Ratzel, passa a significar o domínio da natureza pelo homem. Contudo, esse homem é algo novo, surgido na América e confrontado com seus desafios que somente a ele cabe enfrentar e vencer, pois não conhece outras paragens, e essa

terra é afinal o seu solo natal. Essa natureza tropical não seria insuperável e muito menos degenerada como pretendiam teóricos como Montesquieu, Buffon, Raynal, De Pauw^{XLIV}.

Capistrano conhecia bem os historiadores/cronistas coloniais tão menosprezados por Buffon, e parece que tomara gosto pelo contato de lê-los por força de ofício na Biblioteca Nacional. Por sua vez, alguns desses cronistas coloniais eram padres, com formação escolástica e que haviam lido sobre a ‘*tórrida zona*’ de Aristóteles, assim como também não desconheciam a realidade da América tropical. Assim, Capistrano embeberou-se em Antonil, decifrando seu anagrama para mostrar que esse jesuíta setecentista revelara o segredo do Brasil aos brasileiros, estudou Gândavo, o qual admitia fazer o elogio da terra no fito de atrair imigrantes, e escreveu as ‘*notas preliminares*’ para a História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, de 1627, obra de apologia ao Brasil, a ponto de ter sido considerada por Sílvio Romero, como um *hino patriótico*.

Ao personalizar o espaço e de forma raffesteniana transformá-lo em território, sobrepujando a natureza aos seus interesses, esse colono já é um miscigenado com o indígena, pois Capistrano inclinou-se a ver um Brasil mais mameluco, mais caboclo. Esse mameluco teria sido o resultado étnico da pousada final dos bandeirantes, após suas investidas em busca de índios, ouro, pedras preciosas, quilombolas. Após percorrerem os quadrantes do território, estes ‘*paulistas*’ resolveram estabelecer-se nas novas paragens, tornando-se um novo tipo: o sertanejo brasileiro, que Euclides da Cunha – de maneira elegíaca, e possivelmente com os olhos postos sobre Canudos – diria ser *um forte*, mas que Capistrano de Abreu – talvez mais realista e ele próprio um sertanejo – caracterizaria desde já como um mestiço, homem singular integrado à natureza dos trópicos.

3. Um ‘Mestre’ entre seus muitos discípulos...

Nos primeiros anos do século XX ocorreram muitas mudanças no interior do IHGB, no sentido de modernização e mesmo da adequação política aos novos tempos, que as historiadoras Lilia Moritz Schwarcz^{XLV} e Lucia Maria Paschoal Guimarães^{XLVI} localizaram na alteração, tanto das datas das sessões magnas – a qual foi transferida do dia da primeira participação do imperador no Instituto, para o dia 15 de novembro, forma encontrada para homenagear o novo regime – bem como dos estatutos, onde foi criado o cargo de Diretor da Revista. Os exemplos oferecidos parecem demonstrar a sede de renovação que corria no ambiente do grêmio, que passou a contar a partir de janeiro de 1908, com José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, na sua presidência. Chanceler da República desde 1902, esse diplomata que ganhara notoriedade resolvendo questões de fronteira do Brasil junto aos países vizinhos carregou seu prestígio para o Instituto Histórico, conseguindo inclusive que o Congresso Nacional aprovasse uma dotação orçamentária que permitiu a construção de uma sede própria para a “Casa da Memória Nacional”^{XLVII}.

Assim em 1914, secundado por seus congêneres estaduais, o IHGB promovia em sua nova sede, apelidada de Silogeu, o Primeiro Congresso de História Nacional. Se a palavra de ordem era a inovação, nada poderia parecer mais inusitado do que utilizar a grosso modo a obra História Geral do Brasil, de Adolfo Francisco de Varnhagen, como uma espécie de base para a escolha dos temas a serem tratados. Varnhagen vinha passando por uma reabilitação no interior daquela “*Casa da Memória*”, e Capistrano de Abreu revelou-se, mesmo indiretamente, um grande artífice nessa tarefa.

Dessa forma, e em boa medida sob sua inspiração, em meio à apresentação das teses desse Congresso de História Nacional seriam revisitados temas que ao final acenavam para o abandono progressivo de uma forma de História que passaria a ser conhecida, enquanto

modalidade historiográfica, como a ‘velha história política’ de forte acento sobre o papel do Estado. A geração historiográfica à qual pertencia Capistrano de Abreu, ou por esse inspirada, voltava-se agora para novos temas onde os historiadores estariam mais dispostos a reconhecer o protagonismo do povo na sua diversidade, bem como a utilizar-se progressivamente do método rankeano proposto pela chamada escola metódica^{XLVIII}.

Nisso, cabe evidenciar o papel de pioneirismo desempenhado por Capistrano desde a época de defesa da sua tese para a docência do Imperial Colégio Pedro II – onde conforme vimos, demonstrou com sobejas a aplicação do método histórico rankeano, mas também de liderança intelectual, onde precisamos ressaltar dois pontos. O primeiro teria a ver com a sua autoridade moral, por exigir dos seus pares que adotassem a prática, que para ele já se tornara imprescindível, de indicar com precisão as fontes que utilizavam, como na carta a Guilherme Studart, datada de 20 de abril de 1904,

“Agora és um mestre reconhecido e acatado; podemos portanto conversar calmamente sobre o assunto. Por que não dás a procedência dos documentos que publicas? Félix Ferreira, sujeito aliás pouco fidedigno, contou-me que indo um dia visitar Melo Morais, encontrou-o queimando uns papéis: Estou queimando estes documentos, explicou-lhe o alagoano historiador (?), porque mais tarde, quando quiserem estudar História do Brasil hão de recorrer às minhas obras. Tu não és Melo Morais. Varnhagen, pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los: não podia depois indicar a procedência. Tu não és Varnhagen. Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História?”
XLIX

O segundo refere-se ao seu papel de incentivador dos estudos históricos ao articular a pesquisa das fontes com ênfase na renovação temática. Muito respeitado pelos confrades do IHGB e de outras “Casas da Memória”, Capistrano de Abreu era amiúde procurado^L, contribuindo com suas opiniões que às vezes nos soam um pouco rudes, porém sempre bastante certas, como na ocasião, também ocorrida no ano de 1904, na qual dissuadiu Afonso D’escragnolle Taunay da intenção de escrever a história dos capitães-generais de São Paulo, idéia que o Mestre achava “...simplesmente infeliz”^{LI}. Cabe explicar que em seu papel de orientar aos menos experientes, ou mais jovens, Capistrano ia além, apontando caminhos, dessa forma: “Que lembrança desastrada a de preferir um período desinteressante, quando a grande época dos paulistas é o século XVII!”^{LII}. Felizmente Afonso Taunay seguiu os conselhos de Capistrano, e a leitura da correspondência mantida entre os dois aponta que no ano de 1914 o Mestre acusava haver lido “...os artigos sobre Pedro Taques. Todos muito interessantes, um verdadeiro feixe de novidades.”^{LIII}. A correspondência é datada de 13 de junho do mesmo ano, portanto, antecedendo cerca de dois meses ao I Congresso de História Nacional.

Assim, com o precioso auxílio de Capistrano de Abreu, e munido com a tese intitulada ‘*Pedro Taques de Almeida Paes Leme (estudo biographico)*’, Afonso Taunay logrou cativar em 15 de setembro de 1914 as atenções da assistência que compareceu ao auditório do Silogeu, durante o mencionado I Congresso de História Nacional. O foco direto das reflexões de Taunay pretendia iluminar ao linhagista setecentista Pedro Taques (1714-1777), autor entre outras obras, da Nobiliarquia Paulistana. Doravante, os escritos de Taques, juntamente com aqueles lavrados na pena do seu primo Frei Gaspar de Madre de Deus (1715-1800), se

converteriam em fontes perenes às quais recorreria Afonso Taunay nos seus estudos sobre o sertanismo paulista, principal tema trilhado por esse historiador, que entre 1917 e 1945 foi diretor do Museu Paulista, tendo ficado conhecido como o historiador das bandeiras. Cumpre acrescentar que a relação entre Capistrano de Abreu e Afonso Taunay remonta ao ano de 1889, quando menino de 12 anos, fora acompanhado por Mestre Capistrano. Assim, as lições, tomadas a domicílio na casa do pai de Afonso, o Visconde de Taunay, nas Laranjeiras, bairro do Rio de Janeiro, foram o ponto de partida para uma amizade de quase quarenta anos entre discípulo e mestre. Logo após a morte do historiador cearense, Afonso Taunay publicava, com data de 10 de outubro de 1927, um pequeno artigo no qual homenageava Capistrano. Desse, destaco o seguinte parágrafo:

“A Capistrano devi assinalados serviços e os mais leaes conselhos. Deu-me indicações preciosissimas sobre muitos e muitos assumptos. Indicou-me opulentas fontes com aquella prodigiosa liberalidade e ausência total de inveja que formavam o fundo do seu intimo, ao offerecer aos amigos, aos consulentes em geral, a poderosa valia de seu formidável cabedal de conhecimentos. E como se interessava pelo andamento dos trabalhos daquelles a quem estimava! Como desejava que se aperfeiçoassem!”^{LIV}

3. Considerações Finais

Em razão daquilo que viemos tratando no presente estudo, talvez não seja necessário muito esforço a que pensemos ter sido João Capistrano de Abreu a cabal encarnação do historiador habilitado a realizar uma longa travessia, tão necessária à escrita da História no Brasil. Assim, à sua época, Capistrano foi capaz de desbravar novos temas, incursionar com sucesso e rara habilidade por áreas de estudo que exigiam uma elevada especialização, além de ter resgatado para a historiografia brasileira, obras de cronistas coloniais de fundamental importância, identificando seus autores e fazendo correções e anotações somente possíveis a um grande erudito. Incansável, mas acima de tudo, magnânimo com aqueles que orientava informalmente, pois desapegado de toda e qualquer vaidade, *Mestre Capistrano* além de apontar os caminhos, ainda insistia para que fossem seguidas as suas sugestões de pesquisa, revelando alegria sincera com os progressos daqueles que o acompanhavam em suas investidas através dos tempos pretéritos. Progressos que ainda em nossos dias, podemos considerar como únicos, singulares e geniais!

Notas

^I Antonio Carlos Figueiredo Costa é Licenciado, Bacharel, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor efetivo de História na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Este artigo é tributário da tese que defendi junto ao PPGHis/UFMG, no ano de 2016. Autor de livros e artigos acadêmicos.

^{II} CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

^{III} CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. P.38.

^{IV} GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006. P. 22.

^V VIANNA, Hélio. **Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

^{VI} RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1961; e, **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

^{VII} ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 28 – 54.

A PRÁTICA HISTORIADORA DE MESTRE CAPISTRANO: A RENOVAÇÃO TEMÁTICA E METODOLÓGICA NO AMBIENTE DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO COSTA

- ^{VIII} GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ^{IX} DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- ^X REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ^{XI} WHELING, Arno. **A invenção da história: estudos sobre o historicismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001.
- ^{XII} FALCON, Francisco Assis Calazans. **Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo**. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves *et. Ali.* (Orgs.). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- ^{XIII} VIANNA, Hélio. **Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.
- ^{XIV} ABREU, João Capistrano de. **Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro**. In: *Ensaio e Estudos: 1ª série*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 81-91.
- ^{XV} ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos. 3. Série**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. P. 103-123.
- ^{XVI} ABREU, João Capistrano de. **Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Ensaio e estudos. 1. Série**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. P. 81-93.
- ^{XVII} VIANNA, Hélio. **Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. P.14.
- ^{XVIII} RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1961.,P. 36.
- ^{XIX} RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1961.,P. 37-38.
- ^{XX} RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1961.,P. 47.
- ^{XXI} FALCON, Francisco Assis Calazans. **Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo**. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves *et. Ali.* (Orgs.). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2011. P. 154.
- ^{XXII} VIANNA, Hélio. **Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. P.24-25.
- ^{XXIII} WHELING, Arno. **A invenção da história: estudos sobre o historicismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001.
- ^{XXIV} RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. V.1.2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.199-200.
- ^{XXV} RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**.V.2.2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.37-38.
- ^{XXVI} MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza. **Molduras para o período colonial brasileiro: uma agenda de pesquisa**. In: _____ (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Unb, 2001.
- ^{XXVII} WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1995, p. 184.
- ^{XXVIII} WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1995, p. 185.
- ^{XXIX} DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- ^{XXX} COLLINGWOOD, Robin George. **A idéia de História**. 8.ed. Presença: Lisboa, 1994. P. 303.
- ^{XXXI} GONTIJO, Rebeca. **O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso de Capistrano de Abreu**. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 309 - 327.
- ^{XXXII} WHELING, Arno. **A invenção da História: estudos sobre o historicismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001.
- ^{XXXIII} ABREU, João Capistrano de. **Sobre o Visconde de Porto Seguro**. In: *Ensaio e Estudos: 1ª série*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. P. 131-147.
- ^{XXXIV} ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. P. 82.
- ^{XXXV} ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**. São Paulo: Unesp, 1997.
- ^{XXXVI} ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- ^{XXXVII} ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.P. 99.

- XXXVIII ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. P. 43.
- XXXIX ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. P. 44.
- XL ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. P. 103.
- XLII AMED, Fernando. **Ser historiador no Brasil: João Capistrano de Abreu e a anotação da História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen**. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das *et. Ali.*(orgs.) Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 125-150.
- XLII RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1961. P.44-45.
- XLIII REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. P.94.
- XLIV GERBI, Antonello. **O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- XLV SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 107.
- XLVI GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006. P. 49-53.
- XLVII GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006. P. 29-31.
- XLVIII BORDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. 2.ed. Lisboa: Europa-América, 2003.
- XLIX RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2. ed., V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, pp.165-166.
- L GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006. Passim.
- LI RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2.ed. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.276.
- LII RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2.ed. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.276.
- LIII RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2.ed. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.280.
- LIV TAUNAY, Afonso d'Escragnoille. **J. Capistrano de Abreu. In Memoriam**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, T.3, p. XVII, 1927.

Bibliografia

- ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e Estudos: 1ª série**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. **Ensaio e estudos. 3. Série**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 28 – 54.
- BORDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. 2.ed. Lisboa: Europa-América, 2003.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Capistrano de Abreu: tentativa biobliográfica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- COLLINGWOOD, Robin George. **A idéia de História**. 8.ed. Presença: Lisboa, 1994.

-
- DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- GERBI, Antonello. **O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.
- WHELING, Arno. **A invenção da história: estudos sobre o historicismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001.
- WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1995.
- MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza (orgs.). **Descobertas do Brasil**. Brasília: Unb, 2001.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves *et. Ali.* (Orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**. São Paulo: Unesp, 1997.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1961.
- _____. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. V.1.2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. V.2.2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **J. Capistrano de Abreu**. *In Memoriam*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, T.3, p. XVII, 1927.
- VIANNA, Hélio. **Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.